

Projeto: Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da produção acadêmica sobre acolhimento institucional para crianças e adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – IANNELLI, Andrea M.; ASSIS, Simone Gonçalves; PINTO, Liana Wenersbach. Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1):39-48, 2015.

2) Resumo e Palavras-chave – O artigo objetiva analisar dados do acolhimento institucional de crianças/adolescentes na perspectiva da reintegração familiar, visando a apoiar a implementação de políticas públicas capazes de proporcionar uma reintegração eficaz conforme os diferentes contextos locais. Utiliza dados de 1.157 municípios brasileiros que possuem serviços de acolhimento institucional (SAI). A metodologia considera a coleta de dados nos 2.624 SAI do país e de 36.929 crianças e adolescentes acolhidas. Percebe-se o crescimento do número de crianças/adolescentes em SAI à medida que aumenta o porte populacional: 8,4 acolhidos por cidade menor; 60 por cidade grande; e 602,4 por metrópole. Quanto ao local de residência dos responsáveis ser em outro município do SAI, destacam-se índices variados: 12,4% nas metrópoles e 33,6% nas cidades de pequeno porte, evidenciando ausência de SAI próximo aos familiares nos menores centros. Em relação às atividades promovidas com as famílias, nota-se que ainda há unidades que não realizam quaisquer atividades contrariando a legislação do país. Constatou-se que as políticas para a criança/adolescente em SAI precisam considerar a capacidade do município conforme o tamanho populacional para articular ações de apoio às famílias corroborando para a reinserção familiar.

Palavras-chave: abrigo; acolhimento institucional; adolescentes; crianças; reintegração familiar.

3) Objetivo do estudo – O artigo objetiva analisar dados do acolhimento institucional de crianças/adolescentes na perspectiva da reintegração familiar, visando a apoiar a implementação de políticas públicas capazes de proporcionar uma reintegração eficaz conforme os diferentes contextos locais.

4) Tipo de pesquisa –Quantitativa.

5) Período da pesquisa – A pesquisa foi realizada entre 2009 e 2010 nas cinco regiões do país, com o apoio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

6) Forma de coleta de dados – Devido à inexistência de um cadastro nacional único que agregasse as instituições que prestam serviço de acolhimento (públicas e privadas) para crianças e adolescentes no Brasil, a lista das instituições existentes utilizada pela pesquisa foi criada a partir de duas fontes:



a) levantamento do MDS nos meses de março-abril de 2009 junto aos gestores municipais e estaduais de todo o país, para que informassem os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes existentes em seus estados e municípios por meio de preenchimento on-line da rede do SUAS Web; b) listagem nacional fornecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Realizou-se análise bivariada entre a variável porte do município e as seguintes: localização residencial da família em relação ao município em que está o SAI; presença de vínculo familiar com as crianças e adolescentes nos serviços; existência e frequência de visitas da família; existência de irmãos e local onde estão (com a família ou em SAI); atividades existentes nos SAI que incluem as famílias e os serviços a elas oferecidos e situação legal.

8) Resultados / dados produzidos – Percebe-se o crescimento do número de crianças/adolescentes em SAI à medida que aumenta o porte populacional: 8,4 acolhidos por cidade menor; 60 por cidade grande; e 602,4 por metrópole. Quanto ao local de residência dos responsáveis ser em outro município do SAI, destacam-se índices variados: 12,4% nas metrópoles e 33,6% nas cidades de pequeno porte, evidenciando ausência de SAI próximo aos familiares nos menores centros. Em relação às atividades promovidas com as famílias, nota-se que ainda há unidades que não realizam quaisquer atividades contrariando a legislação do país.

9) Recomendações – As políticas voltadas para o acolhimento institucional de crianças e de adolescentes precisam levar em consideração o tamanho populacional para articular ações de apoio às famílias corroborando com a reintegração familiar. As famílias podem desempenhar plenamente suas funções quando usufruem de direitos como o acesso à saúde, à educação e ao trabalho. Para apoiar a reestruturação de uma família é preciso que o município ofereça subsídios (em conjunto com a sociedade civil, o estado e a federação) para enfrentar as graves questões sociais como o desemprego, a dependência química pelo álcool e drogas, a violência doméstica, dentre outras.

A qualificação dos profissionais que atuam em SAI e de toda a rede socioassistencial para melhor atender aos acolhidos, assim como as condições estruturais existentes nestes serviços são os elos proximais que precisam ser aperfeiçoados, visando o encurtamento do período de acolhimento institucional.

10) Observações e destaques – Referência da pesquisa citada: Assis SG, Farias LOP. Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional e Familiar. São Paulo: Hucitec; 2013.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.